

DUARTE JUNIOR, João-Francisco. *Fundamentos estéticos da educação.* São Paulo, Cortez Autores Associados, 1981. 128 p. (Coleção educação contemporânea).

A importância da arte na formação do homem e a maneira como ela vem sendo encarada pelo ensino oficial brasileiro são objetos de estudo da presente obra.

Considerando a arte como uma forma de conhecimento humano, o autor desenvolve o tema a que se propõe discutir: a dimensão estética da educação.

O estudo é conduzido no sentido da necessidade de se verificar "como a arte se constitui num elemento educativo; como ela provê elementos para que o homem desenvolva sua atividade significadora, ampliando seu conhecimento a regiões que o simbolismo cultural não alcança". Pretende, assim, ampliar os domínios da educação limitados pela visão utilitarista da escola, que relega a arte a segundo plano nos seus currículos.

A obra está organizada em cinco capítulos. No primeiro, o autor trata de alguns conceitos básicos da aprendizagem e da criação do significado, envolvendo a análise do sistema lingüístico e a sua importância no processo do conhecimento humano. Utilizando-se da linguagem, o homem ordena o mundo numa estrutura significativa por meio da imaginação, centro da sua capacidade criadora, e constrói o real estabelecendo "categorias e classes de eventos, nomeando-os e relacionando-os" significativamente.

Em seguida, no capítulo II, depois de conceituar e explicitar o fenômeno cultural, parte para o tema educação e relações interculturais. Dá ênfase ao significado da educação para o indivíduo no contexto cultural: "educar significa colocar o indivíduo em contato com os sentidos que

circulam na sua cultura, para que, assimilando-os, ele possa nela viver". Porém, não se trata de uma adaptação do homem aos significados já existentes, mas, sim, de permitir-lhe eleger um sentido que oriente a sua vida. E nesta dimensão se encontra a estética da educação: "levar o educando a criar os sentidos e os valores que fundamentam sua ação no seu meio cultural, de modo que haja coerência, harmonia, entre o sentir, o pensar e o fazer".

A educação deve partir da realidade existencial do indivíduo para que haja maior possibilidade de ocorrer a aprendizagem significativa. Caso contrário, trata-se de adestramento, de imposição de significados. Percebe-se aí a existência de um conflito no processo educativo entre esta imposição de significações já construídas, condicionada pela necessidade de transmissão de uma cultura existente e a construção dos próprios significados por parte do educando.

A partir do fato de que cada povo tem seu modo próprio de viver e que, todavia, mantém relações entre si, o autor faz a análise das relações interculturais, apontando suas repercussões na educação.

A invasão cultural, por exemplo, está implícita num tipo de educação, denominado por Paulo Irene de "educação bancária", onde a imposição de significados operados por ela "apresenta objetivos colonialistas, na medida em que impede a criação de significados por parte dos educandos, fazendo com que eles se adaptem aos sentidos propostos verticalmente". Esta adaptação faz com que o indivíduo se sinta incapaz de criar seu próprio caminho, tornando-se cada vez mais dependente das autoridades, dos professores, num primeiro momento.

As características da invasão cultural estão presentes no adestramento operado pela chamada "educação bancária", que visa à "manutenção da verticalidade nas relações, onde o sentido que detêm as autoridades (professores) é o único considerado 'verdadeiro'".

O autor aborda, ainda, o tema educação no contexto do processo civilizatório, no qual a educação "de massas" voltou-se para as "especializações" e formação de mão-de-obra para a indústria moderna, em detrimento de uma formação dirigida para o autoconhecimento, que permite ao indivíduo maior equilíbrio entre o sentir, o pensar e o fazer.

No capítulo III, a arte e a experiência estética são abordadas com base na conceituação de sentimento como expressão fundamental da maneira de ser do indivíduo em relação ao mundo; como uma apreensão direta dos estados físicos e mentais em que nos encontramos e de nossas relações com o mundo. A característica discursiva da linguagem, portanto, não permite descrever sua forma natural.

Neste ponto, o autor estabelece uma distinção entre comunicação e expressão para dizer que a arte é a "simbolização" dos sentimentos, é expressão de sentidos. Enquanto comunicação supõe transmissão de "significados os mais explícitos possíveis", expressão refere-se a "determinados sinais que indicam (e, não significam) elementos e formas de sentimento humano". A arte formula a chamada "experiência interior", "vida interior" que não se pode alcançar pelo pensamento discursivo. Na experiência estética, o homem "apreende o mundo de maneira direta, total, sem a mediação (parcializante) de conceitos e símbolos". Focaliza sua atenção naquilo que sente; seus sentimentos entram em harmonia com aqueles concretizados pela obra.

A maneira pela qual a arte pode educar é discutida pelo autor, no capítulo IV. Parte da conceituação do ato criador como um processo pré-simbólico, pré-verbal, e faz uma articulação entre este processo e o do conhecer. Afirma que neste está envolvida uma certa criação, na medida em que ocorre a "criação de um 'lugar' para o novo conhecimento na estrutura cognitiva anterior; a criação de condições para que o novo possa ser utilizado na ação sobre o mundo". E neste ato criativo ocorrem a aprendizagem significativa e o conhecimento, na "constituição de um sentido e de um 'lugar' para o novo conceito, a partir dos conhecimentos anteriores". Em seguida, analisa algumas possibilidades educativas da arte com respeito ao indivíduo. Considera como elemento pedagógico o fato de a arte possibilitar ao homem a livre atuação da imagina-

ção e o conhecimento de seus próprios sentimentos e, também, propiciar o desenvolvimento destes sentimentos, a sua educação.

Outro elemento educacional presente na experiência estética, caracteriza-se pelo fato de a obra de arte ser "aberta", ou seja, expressa um "campo geral de sentidos" que permite ao espectador compreendê-la, fru-la, de acordo com seus próprios sentimentos, estabelecendo paralelos entre aquilo que a obra despertou nele e certas situações conhecidas na vida cotidiana.

A arte oferece, também, a oportunidade de se "experenciar" aquilo que de alguma forma não se torna possível no dia-a-dia. Através da arte o homem é capaz de fazer associação e circulação de experiências e idéias.

Em continuidade à análise das funções pedagógicas da arte e levando em conta que tanto o artista quanto o espectador pertencem a uma dada cultura e estão inseridos num determinado contexto histórico, o autor a caracteriza como expressão dos "sentimentos da época" em que foi produzida. "Ao manter-se em contato com a produção artística de seu tempo e sua cultura, o indivíduo vivencia o 'sentimento da época', isto é, participa daquela forma de sentir, comum de seus contemporâneos".

Nas relações interculturais, a arte também apresenta um elemento pedagógico, visto que a compreensão dos diferentes sentidos das culturas estrangeiras ocorre mais facilmente, na medida em que se "experencia" a sua produção artística. Através da arte pode-se participar dos sentimentos que fundamentam outras culturas, cujos sentidos explícitos são interpretados a partir da nossa "visão de mundo".

Finalmente, nesta análise das dimensões educacionais da arte, o autor considera a utopia como um elemento envolvido na criação artística. A utopia significa um "projeto, um desejo de transformação, que permite dirigir o olhar dos outros para direções até então insuspeitadas" e, neste contexto, "ao propor outras 'realidades' possíveis, a arte permite que, além de se despertar para sentidos diversos, se perceba o quão distante (ou não) se encontra nossa sociedade de um estado mais equilibrado e harmonioso (mais estético)".

Já do ponto de vista da criança (até por volta de 12 a 13 anos), a arte adquire outra dimensão. Para ela, arte tem caráter lúdico, não tem valor estético. A atividade artística da criança envolve fatores como a organização de suas experiências, a autocompreensão e o relacionamento com os outros por meio de seu trabalho, fatores estes indispensáveis no estabelecimento de quaisquer programas educacionais através da arte.

A propósito, o autor apresenta, no capítulo final, algumas linhas gerais, históricas e filosóficas sobre a posição que a arte ocupou e tem ocupado no ensino brasileiro, ressaltando a visão da cultura como um todo.

Desde o início da colonização não foi permitido desenvolver no país uma cultura com características próprias, absorvendo, então valores impostos e os sentidos culturais europeus.

A partir deste "contexto de transplante cultural", torna-se possível compreender as raízes históricas do sistema educacional brasileiro: "não constando do projeto dos colonizadores a intenção de desenvolver uma cultura nacional, também não estava no pensamento dos educadores a implantação de um sistema educacional que respondesse às necessidades nacionais" (A. D. Salvador. *Cultura e educação brasileiras*, p. 189).

Com a chegada de D. João VI, fizeram-se necessárias a ampliação e a modernização da cultura nacional. Deu-se início ao ensino oficial das artes, transplantado da França. Até a Proclamação da República, em 1889, o ensino das artes concentrava-se em atividades destinadas à produção de bens, nas escolas oficiais. Esta situação adentrou-se pelo Século XX.

A proposta renovadora da Semana da Arte Moderna, em 1922, trouxe novas maneiras de se entender a expressão artística, principalmente no que diz respeito à arte infantil.

No entanto, do período que vai da Semana de 22 à Reforma de 1971, a arte continuou a ocupar ainda uma posição subalterna nos currículos escolares, embora, tivessem havido iniciativas de educadores e artistas

para dar a ela um lugar "ao lado" das demais disciplinas. Entre essas iniciativas, houve, por exemplo, a criação da "Escolinha de Arte", em 1948, e dos Ginásios Vocacionais (experiência severamente reprimida).

A partir da década de 60, o país adotou um modelo de crescimento desenvolvimentista que dava abertura tanto ao capital quanto aos sentidos culturais estrangeiros, dando início a um processo de invasão e despersonalização culturais, uma vez que se reprimia todos os valores e sentidos que surgissem para se contrapor ao referido modelo de crescimento.

Neste quadro, implantou-se um sistema de ensino para suprir as necessidades criadas pelo advento das poderosas indústrias multinacionais. Fez-se necessária a formação de mão-de-obra especializada em detrimento da criticidade e da criatividade no âmbito da educação.

No entanto, a educação artística tornou-se obrigatória no ensino de 1º e 2º graus, pela mesma lei que profissionalizou a educação brasileira (5692/71), "transformando-a numa imposição de valores pragmáticos" e a arte numa disciplina inócua, apesar da obrigatoriedade. Não ofereceu, porém, as condições reais (econômicas e materiais) para a sua efetivação, tendo as escolas que funcionar em precárias instalações e sem espaço adequado ao trabalho da arte. Dentro dos currículos tecnicistas, a disciplina ocupa uma pequena carga semanal e aos professores é delegada a tarefa de "decorar" a escola e os "carros alegóricos" para as festividades escolares.

A mesma linha que orientou a elaboração da Lei nº 5692/71 serviu também à Reforma Universitária, relegando mais uma vez a atividade artística a um papel secundário no conjunto cultural, não passando esta de ser considerada apenas luxo social.

A este respeito, o autor cita Roberto Gomes (*A Universidade Necessária*, p. 15): "O artista, este marginal, é objeto de tabu, suportando a mesma agressiva ambivalência por parte do homem "sério": amor e ódio. Aliás, duas são as coisas que o homem sério faz ao chegar ao

podem: instaura a censura e constrói suntuosos museus e teatros. E distribui prémios literários. Isto só parecerá contraditório se deixarmos de considerar que existem duas maneiras de aniquilar com o artista: censurando-o ou promovendo-o a uma espécie de ornamento social. E é assim que o homem sírio exorciza aquilo que teme”.

Para finalizar, são feitas algumas considerações sobre a necessidade de se recuperar a arte para a educação oficial brasileira. Pois, tendo por base a constatação de universalidade e permanência do impulso estético no decorrer da história, encontra-se razão para justificar a importância de arte na constituição do homem.